

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: INTERVENÇÕES E INTERFERÊNCIAS COM O EIXO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

NATIONAL SCHOOL FEEDING PROGRAM: INTERVENTIONS AND
INTERFERENCES WITH THE FOOD AND NUTRITION EDUCATION AXIS

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACIÓN ESCOLAR: INTERVENCIONES E
INTERFERENCIAS CON EL EJE DE EDUCACIÓN ALIMENTARIA Y
NUTRICIONAL

Etyéle Bastos Marques¹, Vinicius Piccin Dalbianco², Nádia Rosana Fernandes de Oliveira³,
Ronaldo Bernardino Colvero⁴

DOI: 10.54899/dcs.v23i87.4662

Recibido: 16/01/2026 | Aceptado: 09/02/2026 | Publicación en línea: 19/02/2026.

RESUMO

Introdução: As políticas públicas passaram por transformações ao longo dos anos para aumentar sua eficácia e efetividade nas suas ações, assim o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como uma política multidisciplinar, também se modificou, aumentando seu alcance e suas diretrizes, tendo como uma delas a Educação Alimentar e Nutricional (EAN). **Objetivo:** Analisar o PNAE, sua trajetória e sobre o eixo de Educação Alimentar e Nutricional, intervenções e interferências ocorridas no programa como uma política pública. **Métodos:** Trata-se de um estudo e análise com revisão na literatura abordando o PNAE, sua trajetória e o eixo de EAN por meio das bases de dados do Periódico Capes, Web of Science e Google Acadêmico, no período de 2018 à 2024, além das legislações atuais que abordassem sobre os temas citados. **Resultados:** Foram encontrados diversos estudos, legislações abordando o PNAE, sua trajetória e diversas intervenções em EAN, com diversas atividades que incentivaram modificações no estilo alimentar dos escolares, em outros estudos apresentaram algumas falhas na aplicação do PNAE, sem sequência das atividades de EAN ou mesmo sem a interdisciplinaridade necessária para a sua aplicação. Alguns outros estudos obtiveram avaliação positiva das ações de EAN nos hábitos alimentares dos estudantes. **Conclusão:** Apesar das inegáveis conquistas com a inserção da EAN no PNAE, parece existir uma lacuna entre o teórico e a sua prática, portanto maiores investimentos governamentais são necessários para a formulação, a implementação e a avaliação que o programa e a aplicação da EAN exigem para sua efetividade na prática do Programa.

Palavras-chave: Alimentação Escolar. Práticas Pedagógicas. Comportamento Alimentar.

¹ Mestra em Políticas Públicas, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), São Borja, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: etyelemarques.aluno@unipampa.edu.br

² Doutor em Extensão Rural, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Itaqui, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: viniciusdalbianco@unipampa.edu.br

³ Doutora em Nutrição em Saúde Pública, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Itaqui, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: nadiaoliveira@unipampa.edu.br

⁴ Doutor em História, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), São Borja, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: ronaldocolvero@unipampa.edu.br

Políticas Públicas.

ABSTRACT

Introduction: Public policies have undergone changes over the years to increase their efficiency and effectiveness. Thus, the National School Feeding Program (PNAE), as a multidisciplinary policy, has also changed, expanding its scope and guidelines, one of which is Food and Nutrition Education (FNE). **Objective:** To analyze the PNAE, its trajectory, and the focus on Food and Nutrition Education, interventions, and interferences that have occurred in the program as a public policy. **Methods:** This is a study and analysis with a review of the literature addressing the PNAE, its trajectory, and the EAN axis through the databases of the Capes Journal, Web of Science, and Google Scholar, from 2018 to 2024, in addition to current legislation addressing the aforementioned topics. **Results:** Several studies and laws were found addressing the PNAE, its trajectory, and various EAN interventions, with various activities that encouraged changes in the eating habits of schoolchildren. Other studies presented some flaws in the application of the PNAE, without following up on EAN activities or even without the interdisciplinarity necessary for its application. Some other studies obtained a positive evaluation of EAN actions on students' eating habits. **Conclusion:** Despite the undeniable achievements with the inclusion of EAN in the PNAE, there seems to be a gap between theory and practice. Therefore, greater government investment is needed for the formulation, implementation, and evaluation that the program and the application of EAN require for its effectiveness in the practice of the Program.

Keywords: School Feeding. Pedagogical Practices. Eating Behavior. Public Policies.

RESUMEN

Introducción: Las políticas públicas han experimentado transformaciones a lo largo de los años para aumentar su eficacia y efectividad en sus acciones, por lo que el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), como política multidisciplinar, también se ha modificado, ampliando su alcance y sus directrices, entre las que se encuentra la Educación Alimentaria y Nutricional (EAN). **Objetivo:** Analizar el PNAE, su trayectoria y el eje de Educación Alimentaria y Nutricional, las intervenciones y las interferencias que se han producido en el programa como política pública. **Métodos:** Se trata de un estudio y análisis con revisión bibliográfica que aborda el PNAE, su trayectoria y el eje de EAN a través de las bases de datos de la revista Capes, Web of Science y Google Académico, en el período de 2018 a 2024, además de la legislación actual que aborda los temas mencionados. **Resultados:** Se encontraron varios estudios y legislaciones que abordaban el PNAE, su trayectoria y diversas intervenciones en EAN, con diversas actividades que fomentaban cambios en los hábitos alimenticios de los escolares. Otros estudios presentaban algunas deficiencias en la aplicación del PNAE, sin continuidad en las actividades de EAN o incluso sin la interdisciplinarietà necesaria para su aplicación. Otros estudios obtuvieron una evaluación positiva de las acciones de EAN en los hábitos alimenticios de los estudiantes. **Conclusión:** A pesar de los innegables logros con la inclusión de EAN en el PNAE, parece existir una brecha entre la teoría y la práctica, por lo que se necesitan mayores inversiones gubernamentales para la formulación, implementación y evaluación que el programa y la aplicación de EAN requieren para su eficacia en la práctica del Programa.

Palabras clave: Alimentación Escolar. Prácticas Pedagógicas. Comportamiento Alimentario. Políticas Públicas.



INTRODUÇÃO

As políticas públicas e suas formulações passaram por transformações ao longo dos anos, na medida em que incorporam as contribuições de diferentes pesquisas teóricas e aplicadas em torno do comportamento dos atores sociais no processo de elaboração destas políticas, denominado de ciclo político, com a compreensão dos mecanismos pelos quais as ações destas políticas afetam a sociedade e as avaliações do impacto que geram com o intuito de aumentar sua eficácia e efetividade em suas ações, com o desenho de políticas e programas mais aderentes aos problemas socioeconômicos, que por sua vez, permitem alcançar maiores retornos para a sociedade. Alguns atributos se sobressaem neste perfil de políticas, como a presença de ações complementares da política que perpassam diferentes áreas do conhecimento, o que confere a elas um caráter multidisciplinar, desde sua concepção estendendo-se até a avaliação final dos resultados, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que perpassa tanto a Política de Alimentação e Nutrição (PNAN), bem como a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), entre outras, onde o programa articula suas ações com diferentes setores, a fim de tornar-se mais efetivo para atingir seus objetivos, e mais eficiente, com resultados positivos para além da saúde, maximizando os retornos para a sociedade (BRASIL, 2010; 2013b; KROTH; GEREMIA; MUSSIO, 2020; SCHWARTZMAN, *et al*, 2017; SECCHI, 2013).

O PNAE é considerado um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, atendendo de forma gratuita aos alunos matriculados na educação básica de escolas públicas, filantrópicas e comunitárias de todos os municípios do país. Este programa tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, o rendimento escolar, a aprendizagem e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio da realização de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e da oferta de refeições que garantam as necessidades nutricionais dos estudantes no período em que estes se encontram na escola (BRASIL, 2020; SILVA; HESPANHOL, 2023).

Embora o potencial pedagógico da alimentação escolar tenha começado a ser discutido na década de 1970, pelo extinto Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, a inclusão da EAN

no PNAE ocorreu apenas em 2006, com a Portaria Interministerial nº 1.010. Inicialmente configurada como uma diretriz do Programa, com a publicação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, a EAN se tornou eixo prioritário do PNAE, sendo considerada como essencial para a sua execução (BRASIL, 2009; OTTONI; OLIVEIRA; BANDONI, 2019).

No âmbito do PNAE, a EAN representa o conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo. Nesta perspectiva, as ações de EAN tem como intenções a promoção da oferta de alimentação saudável e adequada na escola, com atividades que favoreçam hábitos alimentares regionais e culturais, ações que articulem políticas em todos os níveis governamentais, no âmbito da alimentação escolar, com utilização de metodologias inovadoras para o trabalho pedagógico e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a alimentação escolar, além da utilização do alimento como ferramenta pedagógica (SILVA, *et al*, 2018).

Estima-se que na América Latina cerca de 3,8 milhões de crianças menores de cinco anos apresentem excesso de peso (sobrepeso e/ou obesidade). Dados de diferentes países e pesquisas demonstram aumento nesta prevalência, corroborando informações do relatório da Organização Pan-Americana de Saúde, que demonstra aumento de 50% nas taxas de obesidade entre crianças na primeira infância, nos últimos 15 anos (OPAS, 2015).

No Brasil, o quadro epidemiológico de obesidade infantil vem mostrando um grande aumento, interferindo no crescimento e surgimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) nas crianças, como hipertensão, diabetes, dislipidemia, entre outras. Esse perfil é preocupante, pois é na infância que ocorre todo o desenvolvimento cognitivo, psicossocial e estrutural para a vida adulta (SEMINOTTI, 2021) e o conhecimento sobre os alimentos, suas funções e aplicações de atividades em EAN nos alunos que participam do PNAE poderiam mitigar muitos dos problemas citados quanto a obesidade infantil e DCNT.

Assim sendo, este estudo teve como objetivo pesquisar e analisar em bases científicas e nas legislações sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar e sobre o eixo de educação alimentar e nutricional, intervenções e interferências ocorridas no programa, bem como suas aplicações como política pública.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo e análise com revisão na literatura abordando o Programa Nacional de Alimentação Escolar, seu histórico, trajetória e o eixo de Educação Alimentar e Nutricional. Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos publicados nos últimos 07 anos, período de 2018-2024, por meio das bases de dados do Periódico Capes, Web of Science e Google Acadêmico, utilizando os termos “Alimentação Escolar”; “PNAE” e “educação alimentar e nutricional”, além das legislações atuais que abordassem os temas citados. As publicações foram pré-selecionadas pelos títulos, os quais deveriam conter os termos completos e/ou parte dos termos, acompanhada da leitura dos resumos disponíveis, e após os artigos completos. Como critérios de exclusão foram os artigos que fugiam do tema do PNAE, ou não abordavam também o tema da Educação Alimentar e Nutricional, artigos repetidos e com público-alvo diferente, ou com avaliações diferentes de outros programas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Brasil é antigo e remonta a década de 1940, segundo o estudo de Silva, Pedrozo e Silva (SILVA; PEDROZO; SILVA, 2022) o PNAE teve origem no Serviço de Alimentação da Seguridade Social, fundado em agosto de 1940. Durante a década de 1950, o Deputado Federal e Presidente do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Josué de Castro, com o objetivo sensibilizar globalmente para os problemas da fome e da miséria, promoveu projetos que evidenciassem a fome e a sua possível solução através da ação e vontade dos atores sociais, mas em 1952, foi elaborado o Plano de Conjuntura Alimentar e Problemas Nutricionais do Brasil, que incluía questões nutricionais, ampliação da merenda escolar, assistência alimentar aos adolescentes, programas regionais, enriquecimento de alimentos básicos e apoio à indústria alimentícia. Desse projeto resultou a Campanha da Alimentação Escolar, instituída pelo Decreto nº 37.106, instituído em 31 de março de 1955, pelo presidente Getúlio Vargas. E somente em 1979, o programa foi renomeado como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e seus objetivos foram sendo desenvolvidos progressivamente ao longo dos anos (SEMINOTTI, 2021; SILVA; HESPANHOL, 2023).

A Constituição Federal de 1988, ao universalizar o direito à alimentação escolar e definir

que este deveria ser garantido pelos três níveis de governo, foi o impulso decisivo para a transformação do PNAE em uma política de Estado. Desde então, outras leis foram responsáveis pelo crescimento e pelo fortalecimento do programa, que hoje atende aproximadamente 40 milhões de escolares em todo o país (BANDONI; RIBEIRO; AMORIM, 2020).

Em 1994, embora mais fortemente a partir de 2003, o PNAE sofreu pequenas alterações rumo à descentralização de recursos para os entes federados para aquisição dos alimentos, com maior participação e fiscalização das comunidades através da criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) e com a contemplação de uma agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (KROTH; GEREMIA; MUSSIO, 2020; SILVA; PEDROZO; SILVA, 2022).

Hoje o PNAE supre pelo menos 15% das necessidades diárias de alimentação e nutrição dos alunos das escolas públicas durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento, a aprendizagem, o desempenho escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis. Além da segurança alimentar e nutricional, o programa amplia seu foco para o desenvolvimento rural, local e sustentável pela Lei n. 11.947/2009 enfatizando que 30% dos recursos operacionais do PNAE são para aquisição de alimentos da Agricultura Familiar (AF), com processos de compra mais flexíveis, se comparados com a lei de licitações brasileira (Lei nº 8.666/1993), por meio de chamadas públicas. Por quase 50 anos de sua existência, o Programa foi de cunho assistencialista e centralizador, em que o Governo Federal era responsável pelo planejamento dos cardápios e realizava as compras para todo o país, sem espaço para contemplar a diversidade da cultura alimentar brasileira e sem gerar impactos positivos sobre o desenvolvimento regional sustentável (BANDONI; RIBEIRO; AMORIM, 2020; SILVA; PEDROZO; SILVA, 2022).

A criação da Lei nº 11.947/2009 além de atender uma demanda antiga dos movimentos sociais ligados a AF, contemplou a valorização da produção agrícola local, orgânica e advinda das pequenas propriedades rurais, com caráter inovador de uma política intersetorial, dialogando com outros setores relacionados como a agricultura, a saúde, o meio ambiente e a assistência social. Esta Lei foi a institucionalização definitiva da Medida Provisória 455/09 e universalizou o PNAE abrangendo toda a educação básica, desde a educação infantil até o ensino médio, além de jovens e adultos. Esta mesma Lei traz a EAN como prioridade para o Programa, e reforça a participação da comunidade no controle social das ações desenvolvidas pelos estados, distritos federais e municípios e suas articulações, tendo o acompanhamento e fiscalização diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e também pelo FNDE,

pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. Com uma previsão que a aquisição dos alimentos seja feita localmente (ou regionalmente), e a priorização de uma alimentação mais saudável, que contribua para melhorar a saúde e a aquisição de habilidades pelos estudantes, ocorrendo a formação de uma cultura de hábitos saudáveis de alimentação (KROTH; GEREMIA; MUSSIO, 2020; SILVA; PEDROZO; SILVA, 2022).

Na escola é de extrema importância as interações com a atuação do nutricionista e os profissionais da educação, para elucidar a prática da alimentação saudável, com o PNAE, com vistas a suprir as necessidades nutricionais diárias, e formação de hábitos alimentares mais saudáveis, de acordo com a realidade social vivenciada (ARQUE; FERREIRA; FIGUEIREDO, 2021).

Em 2012, a fim de fortalecer a EAN também na escola, um dos pilares do PNAE, que tem como objetivo motivar a adoção voluntária de práticas alimentares saudáveis, foi criado o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, classificando a EAN como “um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis”, e inserida no contexto do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (BRASIL, 2012). O Guia Alimentar da População Brasileira reformulado em 2014 mostra como se pode exercer nas escolas, as práticas alimentares saudáveis e como se torna um instrumento essencial para a promoção e recuperação de hábitos alimentares mais saudáveis e também cita como as ações de Educação Alimentar e Nutricional devem respeitar a alimentação regional, com estímulo à produção de hortas escolares, a partir da realização de atividades com os alunos e o uso dos alimentos produzidos na alimentação escolar, estímulo à implantação das boas práticas de manipulação nos serviços que ofertam alimentação escolar, a restrição ao comércio de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gorduras trans, açúcar livre e sal e incentivo ao consumo de frutas, verduras e legumes, e o monitoramento da situação nutricional dos escolares (BRASIL, 2014; SPERANDIO; MORAIS, 2021).

O ambiente escolar estabelece um espaço privilegiado de ações educativas sobre alimentação e nutrição e consequentemente influencia de forma positiva na formação de hábitos alimentares saudáveis, promovendo independência para as escolhas mais saudáveis. O PNAE não é apenas para o abastecimento de refeições para suprir as necessidades nutricionais dos escolares,

ele tem como competência também promover a saúde e a construção de hábitos alimentares saudáveis, pelas ações de EAN que devem integrar a prática curricular, com o uso de temas e recursos educacionais problematizadores e ativos, que incentivem o diálogo e a compreensão (SILVA; HESPANHOL, 2023).

No estudo de Silva, Monego, Souza e Almeida (2018) foi encontrado o fato de membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) terem sido citados como responsáveis pela coordenação e/ou execução das ações de EAN nas escolas, isso pode indicar uma falha na compreensão das atribuições dos atores sociais envolvidos na execução do PNAE, pois de acordo com a Resolução CD/FNDE nº 26/2013, compete ao nutricionista RT a coordenação das ações de alimentação escolar, sendo atribuições do CAE o acompanhamento e a fiscalização dos recursos destinados à alimentação escolar, assim como o zelo pela qualidade dos alimentos e a emissão de parecer conclusivo acerca da aprovação da execução do Programa.

Nesse sentido, o desenvolvimento de projetos de EAN no ambiente escolar exige a colaboração mútua entre diretores, coordenadores, professores e nutricionistas também, sendo que a participação de nutricionistas em reuniões pedagógicas e em cursos de formação para professores trazem resultados positivos quanto ao nível de informação desses atores da escola sobre alimentação e nutrição, potencializando, na sequência, o conhecimento dos estudantes sobre o tema (SILVA, *et al*, 2018).

No estudo de Rocha, *et al.* (2018) onde foi avaliado a aplicação do PNAE no município de Viçosa, MG, foram demonstradas algumas irregularidades, como inadequações do número de nutricionistas, suspensão das reuniões do CAE, inadequação da infraestrutura nas áreas de preparo e de distribuição das refeições, falta de capacitação das merendeiras, ausência de ações de EAN, e ausência de adequação nutricional da alimentação ofertada. As escolas estaduais apresentaram maiores irregularidades na execução do PNAE em relação às municipais. Um dos pontos positivos do PNAE na região foi o cumprimento da exigência para atender aos 30% dos gastos com alimentos da agricultura familiar.

Em diversos estudos foram observadas uma predominância do uso dos métodos considerados de EAN de ensino tradicionais, tais como palestras e atividades não sequenciais executadas em eventos, verificou-se também que há uma preocupação por parte dos autores com as bases teórico-metodológicas, e quais métodos aplicariam, pois a EAN deveria propor a construção coletiva do conhecimento, amparada na problematização das vivências dos estudantes, não sendo, portanto pautada em práticas pedagógicas tradicionais e essencialmente

teóricas e nesse sentido, o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas no Brasil deixa esta orientação, devendo usar abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, assim podendo se estender para além da simples transmissão de conhecimentos, incluindo situações que promovam a reflexão sobre o cotidiano dos indivíduos com vistas à busca de soluções para melhor qualidade de uma alimentação mais saudável (KROTH; GEREMIA; MUSSIO, 2020; OTTONI; OLIVEIRA; BANDONI, 2019; SILVA, *et al*, 2018; SILVA; PEDROZO; SILVA, 2022).

Além das atividades citadas, foram encontradas diversas intervenções em EAN aplicadas através de métodos lúdico-educativos (músicas, filmes, dinâmicas, teatros de fantoches, brincadeiras e jogos), bem como atividades como oficinas que incentivaram modificações no estilo alimentar dos escolares, gincanas, palestras, cursos, mensagens, atividades físicas aliadas a alimentação saudável. Um fator importante observado entre os estudos, que muitos mostraram resultados favoráveis quando tiveram seu método educativo de intervenção avaliado, tiveram considerações positivas para maioria de suas ações, onde independente da região, ou modelo de programa, o projeto foi atuante e obtiveram dados aceitáveis e relevantes, com efeitos e implicações nos hábitos alimentares dos estudantes, sendo também incentivado o uso de métodos como hortas escolares e oficinas de culinária, apontando evidências científicas mais relevantes com estes métodos (OTTONI; OLIVEIRA; BANDONI, 2019; ROCHA, *et al.*, 2018; SILVA; HESPANHOL, 2023).

Notou-se também que a alimentação escolar mesmo oferecida gratuitamente a todos os estudantes da rede de ensino público, grande parte destes não estava realizando o consumo desta alimentação, mas que quando inserido e executado ações de EAN dentro do âmbito escolar, alguns hábitos alimentares insatisfatórios eram modificados, contribuindo para a promoção de hábitos alimentares mais saudáveis dos alunos (ARQUE; FERREIRA; FIGUEIREDO, 2021).

CONCLUSÃO

Diante do exposto e com os diversos estudos avaliados, para a construção coletiva de uma agenda pública de EAN estabelecida e efetivada nos diferentes espaços escolares, com o fim de melhorar o PNAE como política pública, são necessários o aumento do planejamento e desenvolvimento das ações pautadas em maiores evidências, principalmente a longo prazo,

promoção do diálogo com outras áreas de conhecimento e prática, ampliação de parcerias e compromissos, visibilidade das experiências bem sucedidas, investimentos em pesquisa sobre a temática bem como em metodologias e abordagens educativas, e aumento da sensibilização dos atores sociais envolvidos.

Apesar das inegáveis conquistas com a inserção da EAN no PNAE, parece existir uma lacuna entre o teórico e a prática, tornando útil a realização de estudos consistentes e amplos com avaliação da eficácia destas metodologias empregadas, bem como que está ocorrendo a inserção do tema alimentação e nutrição nos currículos escolares. Pois assim, a alimentação escolar com um caráter também pedagógico, poderia ter maior estímulo à integração dos temas relativos à alimentação e nutrição de uma forma transversal com todas as disciplinas curriculares diversas.

Assim, torna-se imprescindível o aumento de investimentos governamentais para a formulação, a implementação e a avaliação do PNAE para o incentivo da promoção e a manutenção da alimentação adequada e saudável em toda a comunidade escolar, com diversos desafios a serem superados na prática, principalmente com relação à intersetorialidade. Um programa como o PNAE, requer uma multidisciplinaridade e depende da articulação entre muitos setores, para assim alcançar uma maior eficiência e eficácia com seus objetivos e diretrizes.

REFERÊNCIAS

ANTONIOLLI, E., CRISTOFOLI, M.S. A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios do norte do Rio Grande do Sul. **Rev. Bras. Polít. Adm. Educ.** - v. 37, n. 3, p. 1346 - 1369, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol37n32021.109074>. Acesso em 14 de Out de 2025.

ARQUE, R.G.C.; FERREIRA, J., C.,S.; FIGUEIREDO, R.S. A importância nutricional da merenda escolar para a comunidade. **Research, Society and Development**, v. 10, n.14, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i14.21852>. Acesso em 14 de Out de 2025.

BANDONI, D.H.; RIBEIRO, J.R.S.; AMORIM, A.L.B. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Rev. Adm. Pública**, v. 54 (4), Jul-Ago, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução CD/FNDE nº 6, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União, 2013a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNAN. Brasília: MS, 2013b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. DECRETO Nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN. Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, 2009.

KROTH, D.C.; GEREMIA, D.S.; MUSSIO, B. R. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 25 (10), Out 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.31762018>. Acesso em 14 de Out de 2025.

MENICUCCI, T., GONTIJO, J.G.L., organizadores. **Gestão e políticas públicas no cenário contemporâneo: tendências internacionais e nacionais**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2016.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Cuidados inovadores para condições crônicas: organização e prestação de atenção de alta qualidade às doenças crônicas não transmissíveis nas Américas. Washington, DC: OPAS; 2015

OTTONI, I.C.; OLIVEIRA, B.M.P.M.; BANDONI, D.H. The National School Feeding Program as a promoter of Food and Nutrition Education actions in Brazilian schools. **O Mundo da Saúde**, São Paulo. 43(2): 374-389, 2019.

ROCHA, N.P., *et al.* Análise do programa nacional de alimentação escolar no município de Viçosa, MG, Brasil. **Rev. Saúde Pública**, v. 52, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2018052007090>. Acesso em 14 de Out de 2025.

SCHOTTZ, V. A incorporação de princípios de segurança alimentar e nutricional ao programa nacional de alimentação escolar: trajetória e perspectivas. **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, 39(1), 80–98, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2019.v39.89>. Acesso em 14 de Out de 2025.

SCHWARTZMAN, F., MORA, C.A.R., BOGUS, C.M., VILLAR, B.S. Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. **Cad. Saúde Pública**; 33(12), 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00099816>. Acesso em 14 de Out de 2025.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning; 2013.

SEMINOTTI, J.J. O programa nacional de alimentação escolar (PNAE). **Revista Latino-americana de Relações Internacionais**, v. 3, n. 3, p. 110-127; Set-dez, 2021. <https://doi.org/10.14295/rcn.v3i3.13975>.

SILVA, E.A.; PEDROZO, E.A.; SILVA, T.N. The PNAE (National School Feeding Program) activity system and its mediations. **Front. Environ. Sci.**, V 10, 2022. Disponível: <https://doi.org/10.3389/fenvs.2022.981932>. Acesso em 14 de Out de 2025.

SILVA, E.R.F; HESPAHOL, R.A.M. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): origem, mudanças e impactos. **ACTA Geográfica**, 17(43), 44-58 – Set. 2023.

SILVA, S.U.; MONEGO, E.T.; SOUZA, L.M.; ALMEIDA, G.M. As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciênc. saúde colet.** 23 (8), Ago 2018. Disponível em : <https://doi.org/10.1590/1413-81232018238.19642016>. Acesso em 14 de Out de 2025.

SPERANDIO, N.; MORAIS, D. de C. Alimentação escolar no contexto de pandemia: a resignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, n. 00, Campinas, SP, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/san.v28i00.8661396>. Acesso em 14 de Out de 2025.